



## **Assembleia Municipal de Mação**

### **Acta N.º 11 - 2021/2025**

**Data da Sessão :** 26 de setembro de 2023

**Início da sessão:** 10:30 horas

**Términus da Sessão:** 12:30 horas

**A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.**

#### **Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:**

José Manuel Saldanha Rocha, Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, José António dos Santos Almeida, Margarida Maria Marques Cardoso, Francisco Manuel Neto Dias Correia, Vitor Agostinho, Anabela Borralheiro Pereira, Catarina Alexandra Martins, Octávio Eusébio Rosa, Carla Isabel Silva Loureiro, Cláudia Sofia Marques Cordeiro, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Célia Maria Mendes Rodrigues, Rogério Paulo Marques de Matos, Luís da Silva Pires, José Casimiro Gonçalves Pereira, Carlos Alberto Farinha Leitão, Carla Cristina Marques Martins, António Joaquim da Silva Alves, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

#### **Faltas Justificadas:**

Pedro Manuel Marques Jana, César Augusto Mendes Dias, Vera Lúcia Marques da Silva  
Luís Filipe Aparício Lopes

#### **Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Maria Manuela Martins Filipe

**Cargo:** Assistente Técnico

## **Assembleia Municipal de Mação**

**Acta N.º 11 - 2021/2025**

**26 de setembro de 2023**

-----**INICIO**-----

--- Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, pelas dez horas, reuniu em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**
- 2) Eleição do Presidente de Junta de Freguesia para delegado ao XXVI Congresso da ANMP;**
- 3) Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia em representação das Freguesias do Concelho de Mação – artigo 3º, nº 1, alínea d), do Regulamento do Conselho Municipal de Educação.**
- 4) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da Junta de Freguesia de Amêndoa.**
- 5) Discussão e votação de proposta para autorização de pagamento de Despesas de Representação – Cargo Dirigente Intermédio de 2º Grau, em regime de substituição, (Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira).**
- 6) Discussão e votação sobre a variável do IRS, a liquidar em 2024.**
- 7) Discussão e votação de proposta de aplicação de taxa de 0.30% de IMI para os prédios urbanos para o ano de 2024.**
- 8) Discussão e votação de proposta de lançamento de taxa de derrama de 1.5% sobre lucro tributável a sujeitos passíveis que não têm sede Social no Concelho de Mação.**
- 9) Discussão e votação de proposta de redução da taxa de IMI para os agregados familiares atendendo ao número de dependentes;**
- 10) Discussão e votação de proposta de devolução do montante pago de IMI às Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho de Mação;**

**11)Discussão e votação de proposta para Início do Procedimento – Processo n.º 71/2023 – Aquisição de serviços para a instalação de Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC), de acordo com a candidatura 8.1.3 – Prevenção da Floresta contra Agentes Bióticos e Abióticos territórios Vulneráveis – MPGC – CM Mação – Projeto PDR2020-813-090894;**

**12)Discussão e votação de proposta do Regimento da Assembleia Municipal;**

**13)Análise do Relatório do Revisor Oficial de Contas referente ao 1º semestre de 2023 da Câmara Municipal de Mação;**

**-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

O Sr. Presidente da Mesa procedeu à instalação da vogal Anabela Borralheiro Pereira, com o Cartão de Cidadão 10875529, válido até 10 de outubro de 2028, que substitui a vogal Vera Lúcia Marques da Silva, que justificou a sua fala em devido tempo.

Faltaram ainda a esta sessão, os vogais Pedro Manuel Marques Jana, César Augusto Mendes Dias, que justificaram as suas faltas em devido tempo e foram substituídos pelos vogais Vítor Agostinho, Octávio Eusébio Rosa, respetivamente, o vogal Luís Filipe Aparício Lopes, que foi substituído pelo vogal José Casimiro Gonçalves Pereira.

Em seguida, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a acta referente à sessão ordinária de abril de 2023, a qual foi aprovada por unanimidade, não tendo os vogais Vítor Agostinho, Andreia Baço e Anabela Borralheiro participado na votação por não terem estado presentes.

Continuou informando os presentes sobre a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

---O vogal Daniel Jana iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção referindo que teve conhecimento que o Sr. Presidente da Câmara se terá deslocado ao Sardoal para assinar contratos com o IHRU, para habitação a custos acessíveis e solicita informação sobre este processo e qual vai ser o investimento no Concelho de Mação nesta área, pois não há muita informação disponível sobre estas matérias. Continuou solicitando ao Sr. Presidente da Câmara se o mesmo tem mais informação

sobre novas candidaturas para a Creche e como está o processo, se irão adiar mais uma vez ou se desta vez vai para a frente.

---A vogal Carla Loureiro iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção felicitando a Câmara pela limpeza dos estradões em Penhascoso, que considera ter sido um excelente trabalho que facilita imenso a vida das pessoas que os utilizam com muita frequência. Continuou a sua intervenção referindo as obras da Tejo Ambiente que estão a ser realizadas nas estradas municipais, com abertura de valas e introdução de tubagens e solicita informação sobre quem fiscaliza estas obras, pois considera que a estrada de ligação de Cabo a Amêndoa está perigosa porque muitos locais não estão sinalizados e já houve abatimentos. Mais referiu que a ligação ao Carvoeiro parece-lhe bem sinalizada embora haja alguns pontos, nomeadamente na Sanguinheira, que necessitava de uma sinalização um pouco diferente. Continuou referindo que gostaríamos todos de alterar a situação da Saúde, com médicos para todos, mas a verdade é que não conseguimos apesar de andarmos à procura de médicos para virem para cá. Mais referiu que a resposta que o Centro de Saúde tem, ao fim-de-semana, é boa, no sentido em que é melhor do que nada, mas tem um problema que pensa ser possível ser resolvido pelo município, que é o facto das pessoas terem de ir para lá de madrugada e quando começar o inverno vai ser uma desgraça, pois há pessoas que chegam ali às 5 horas da manhã para terem uma consulta. Referiu ainda que o edifício do Centro de Saúde tem uma sala antes da sala de espera, logo à entrada e o que propunha era que essa sala pudesse estar aberta para abrigar as pessoas que estão ali desde a madrugada, ajudando assim as pessoas, uma vez que, nem com os incentivos aprovados, conseguimos algum médico para Mação. Terminou a sua intervenção solicitando informação sobre como está a ETAR de Carvoeiro e quando é que a mesma estará em funcionamento.

---O vogal José Fernando Martins iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção felicitando a Câmara pela questão da Volta a Portugal em Bicicleta, com a oportunidade de ter tido a partida de uma etapa aqui em Mação, projetou Mação, deu movimento à vila, o que considera ter sido uma boa decisão, bem como a limpeza que foi feita na Urbanização da zona envolvente ao local da partida e que, eventualmente, terá sido feita por

causa da mesma. Mais referiu que, ainda nesta matéria das limpezas, sendo o Restaurante O Pescador um cartão de visita da nossa gastronomia e da nossa vila, o balseiro existente num lote de terreno mesmo em frente e que vem até ao passeio está ali muito mal e solicita à Câmara que arranje forma de obrigar àquela limpeza, pois encontra-se mesmo em frente a um restaurante que é visitado todos os dias por pessoas que vêm de muitos locais diferentes e de fora do nosso concelho e deixa-nos a todos muito mal enquanto vila concelho. Continuou referindo as obras da Tejo Ambiente que estão a ser realizadas nas povoações da União de Freguesias, deixa um alerta à Câmara para situações que estão a acontecer, é necessário haver fiscalização destas obras porque têm feito valas para passagem de tubos em alguns estradões florestais, nomeadamente em Chão de Codes e Casalinho, onde vão abrindo valas com máquina própria que abre as valas e as vai fechando e há estradões onde temos manilhas e aquedutos de água a fazer a travessia dos caminhos e aquilo que eles fazem com aquelas máquinas, não se apercebem que estão lá as manilhas e cortam, enterram e avançam e isto aconteceu em Chão de Codes e em Casalinho e agora são tampões que estão naqueles estradões. Considera que é necessário haver fiscalização nestas obras pois a obrigação da empresa é deixar tudo como estava e não partir e ir embora, fingindo que nada se passou. Continuou a sua intervenção mencionando as valetas e passeios da aldeia da Serra e solicitando preenchimento das mesmas, bem como as valetas da localidade de Aboboreira, pois foi feito um excelente trabalho em alguns arruamentos de Aboboreira e as valetas foram recuperadas, mas existe outras partes da aldeia onde há arruamentos alcatroados, com valetas muito fundas onde seria necessário também fazer as correções. Mais referiu que existe, na Rua do Ribeiro, em Aboboreira, uma situação no acesso a uma habitação nova, que ainda não foi resolvida e que solicita mais uma vez e encarecidamente, a resolução desta situação. Mais referiu que existem muitas valetas e muitos sumidouros cheios de ervas dentro das aldeias em que as ervas são efetivamente cortadas, mas quem faz as limpezas tem sopradores e sopram as ervas para dentro dos sumidouros e já há muito tempo que os mesmos e os aquedutos não são limpos e, se calhar era importante verificar essas situações antes de chegar o inverno.

---A vogal Cláudia Cordeiro iniciou a sua intervenção referindo que pensa que chegaram à Câmara várias reclamações sobre o incumprimento do contrato de concessão do Bar e Parque de Campismo de Ortiga, situação que considera muito grave pois estamos a falar de falta de zelo, não foram regadas as árvores, o lixo não era tirado, a relva, chegou-se ao cúmulo de serem os próprios utentes do Parque de Campismo a regar com as suas próprias mangueiras. Em relação ao Bar, foi o mesmo encerrado num dia completamente aleatório, com a justificação que estavam cansados. Mais referiu que sabe que existe um contrato e considera que o mesmo tem de se fazer cumprir e, na altura votou contra esta concessão e mantém a sua opinião, porque pensou que poderia acontecer algo como isto e nem se fazia um bom serviço por um lado nem se fazia um bom serviço por outro e considera que foi o que se passou e não se conseguiu fazer um bom serviço nem por um lado nem por outro. Considera que a Câmara é alheia a isto e claro que quando fez o contrato com o concessionário não podia adivinhar que se ia passar uma coisa destas, mas considera que teria de haver uma supervisão mais eficaz pois as pessoas queixaram-se imenso e diziam que enviavam emails para a Câmara a reportar as situações e passou-se o verão todo com um comportamento por parte do concessionário visivelmente mau e que deixam mal visto o Município, a praia fluvial de Ortiga, com as pessoas dizerem que já não voltam cá para o ano. Questiona a Câmara sobre se foi feita alguma coisa relativamente a este assunto e se vamos manter esta situação. Deixa a questão se não seria melhor solução separar as concessões do Bar e do Parque de Campismo ou outra solução, mas considera que assim não pode continuar pois o impacto negativo nas pessoas foi muito forte.

--- O vogal José António Almeida iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente à Volta a Portugal em Bicicleta ter tido a partida de uma etapa em Mação, considera ter sido uma decisão inteligente do executivo municipal e um bom investimento, bem como o local onde a partida foi colocada, que teve também o reconhecimento dos responsáveis do evento. Felicitou a Câmara, na pessoa do seu Presidente por estas decisões. Continuou a sua intervenção referindo que, na sequência do que foi dito pela vogal Cláudia Cordeiro, também considera que tem de ser feito qualquer coisa com o Bar, a Praia e o Parque de Campismo de Ortiga. Mais referiu que não sabe os custos que isso

poderá ter, mas não é uma boa decisão, nem traz nada de positivo manter aquela situação, pelo contrário, considera que manter a concessão como está até nos pode envergonhar a todos e, por isso, considera que seria importante reequacionar o processo, ver se não há condições para serem particulares a assumirem determinados serviços, que a Câmara os continue a assumir pois esta situação não está bem. Deixa a recomendação à Câmara para que, com os serviços, vereadores, ver o que poderá ser feito, no sentido, de na próxima época não acontecerem estas situações que aconteceram durante este verão. Continuou referindo que a Educação é uma das áreas mais importantes do município e, nesse sentido, informou que o ano letivo arrancou com serenidade, ou seja, relativamente aos problemas que a comunicação vem divulgando no país, Mação ficou bem defendido desses problemas, temos praticamente todos os professores a trabalhar, faltando somente um técnico na área da saúde, devido a uma autorização tardia por parte do Ministério da Educação, mas pensa que no final da semana estaremos com o corpo docente completo. Mais referiu que, com a descentralização de competências, estava preocupado com as AECS e com os transportes escolares, mas considera que tem de ser justo e reconhecer que as suas preocupações seriam excessivas e tudo correu bastante bem, estando o processo das AECS praticamente definido e fechado e pensa que iremos manter a qualidade que tínhamos e, nos transportes estão a ser feitos alguns últimos acertos em termos de vigilantes para as crianças mais pequenas. Considera que temos todas as condições para termos um ano letivo sereno e agradece ao Sr. Presidente da Câmara o empenho pessoal para que fossem criadas as condições para que este ano letivo tivesse começado desta forma e também pelo trabalho que foi feito para que as obras em curso no Agrupamento estivessem praticamente concluídas no início do ano letivo.

---O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção felicitando os presentes pois faz hoje dois anos que todos foram eleitos, estamos a meio deste mandato que a população nos concedeu e deseja a todos os próximos dois anos também com muitos sucessos e muitas realizações em prol da população deste concelho.

Em seguida referiu que, relativamente às questões apresentadas pelo vogal Daniel Jana, já na sessão passada tinha informado que tinha sido assinado um princípio de Acordo com o Governo, por via do IHRU, para termos habitação

acessível no nosso Concelho, no valor de 4,2 milhões de euros e, na passada sexta-feira, assinámos o primeiro contrato com o Governo no valor de 2,2 milhões de euros para a construção de 16 fogos, dois blocos com 8 apartamentos cada, na Urbanização da Portela do Vale, junto ao Centro de Saúde. Mais referiu que temos muita urgência neste processo pois a pressão vai ser enorme para se fazer tudo aquilo que tem de ser feito e que está contratualizado, pois, só na região do Médio Tejo, temos mais de 1100 fogos para construir e acarreta uma enorme pressão junto de projetistas e também de construtores para se conseguir realizar tudo isto. Mais informou que temos também contratualizado e aprovado a construção de habitação a custos acessíveis, em Cardigos, que está ainda dependente da aquisição de algumas casas, a reabilitação de dois dos apartamentos da Câmara no Calvário para esse efeito e também a construção, na Urbanização de Santo António, de vivendas de rés do chão e primeiro andar para conseguirmos mais 6 fogos nessa urbanização. Mais informou que este investimento global rondará cerca de 5 milhões de euros e vem, de alguma forma, ajudar a colmatar algumas dificuldades que, objetivamente, existem no nosso concelho relativamente a habitação. Mais referiu que acresce a isto aquilo que está aprovado em termos de Estratégia Local de Habitação, num montante de mais 600.000,00€ para a construção de apartamentos para venda por parte da Câmara, processo que teremos de iniciar e que decorrerá em paralelo com este e agora, a urgência será a construção destes imóveis que, o ideal seria que estivessem em obra em março ou abril do próximo ano e é isso que a Câmara vai tentar fazer e é neste sentido que estamos a trabalhar. Relativamente à questão da Creche, faz votos para que, desta vez, as coisas corram bem, como todos sabem é um processo que não está nas mãos da Câmara Municipal de Mação, é um processo que o deixa desconfortável, mas já entrou nos serviços da Câmara o projeto de construção e pensa que a instituição em causa tem todas as condições para lançar o procedimento para lançar o procedimento dentro do prazo que foi dado.

Em relação às intervenções da vogal Carla Loureiro e sobre a questão dos estradões, referiu que, efetivamente foram feitas algumas intervenções. Em relação à sinalização da estrada Cabo/Amêndoa referiu que a vogal tem razão, e informou que já houve algumas démarches no sentido de haver ali um maior



controle, a fiscalização da obra não compete à Câmara, a Tejo Ambiente tem uma empresa de fiscalização para acompanhar aquela obra, mas isso não invalida que a Câmara não tenha de fazer o seu papel que é de alertar e chamar à atenção para aquilo que não está correto, como é o caso e agradece a chamada de atenção para a situação. Relativamente ao Centro de Saúde referiu que estão em sintonia e em relação às pessoas estarem horas à espera, na rua, naquele estado lastimoso, referiu que espera, ainda esta semana, ter uma reunião com a Diretora do ACES Médio Tejo para, entre outros assuntos, falar nessa questão, para que se possa abrir aquela primeira sala de entrada para que as pessoas lá possam estar nas muitas horas de espera, mas o conhecimento que tem de situações similares é de que poderão levantar problemas, mas estará na disposição de propor à Sr.<sup>a</sup> Diretora do ACES que a Câmara assumirá a responsabilidade de ter lá alguém, nem que seja uma empresa de segurança, para garantir, naquelas horas, que nada de mal acontece à infraestrutura que, aliás, passará para a responsabilidade da Câmara, a partir do mês de novembro e, por isso, a ideia da vogal Carla Loureiro é também a ideia da Câmara, no sentido de que é impensável que, nos meses de inverno, pessoas doentes, estejam ali na rua, de madrugada, com temperaturas quase negativas e à chuva e, no limite, nem que se ponha ali uma tenda ou algo do género, mas é algo que tem de ser resolvido. Quanto à questão do médico, referiu que não é totalmente verdade que não tenhamos tido sucesso, felizmente já tivemos sucesso e, a partir do dia 1 de outubro, começará a exercer, no nosso concelho, um médico de família, fruto da deliberação que a Câmara e a Assembleia Municipal tomaram, com base no Regulamento de Incentivos, em vigor e, na próxima segunda-feira já estará a trabalhar, entre nós, um médico, que não virá resolver o problema, que é muito mais grave do que isso, mas vem ajudar a mitigar este grande problema, que é dramático. Relativamente à ETAR de Carvoeiro referiu que a informação que tem é que as obras estão praticamente concluídas, em breve poderão entrar em testes para perceber se está tudo em condições, não tem uma data que lhe possa transmitir, mas presume que, até final do ano tudo esteja resolvido. Em relação às intervenções do vogal José Fernando Martins e sobre a questão da Volta a Portugal em Bicicleta, referiu que também considera que o investimento valeu a pena, o retorno foi positivo e foi uma oportunidade que

conseguimos agarrar. Relativamente à limpeza e desmatação das ruas, referiu que é uma questão antiga que várias vezes falamos, temos chamado à atenção relativamente a essa matéria e já várias vezes tem aqui referido que nem sempre temos tido sucesso e reconhece que algumas vezes há um ampliar daquilo que são as realidades, mas considera que não vale a pena alimentar esta polémica. Em relação à limpeza da Urbanização, a mesma foi feita, mas também chama a atenção para que não foi a primeira vez que a limpeza foi feita, obviamente que aproveitámos a Volta a Portugal, por razões óbvias e também porque foi solicitado à Câmara que a zona estivesse limpa porque era a zona onde iriam ficar as equipas e, portanto, a limpeza teria de ser feita. No que diz respeito ao balseado em frente do Restaurante O Pescador, referiu que é realmente necessário chamar a atenção do proprietário para limpar aquele espaço e agradece a chamada de atenção sobre o assunto. Relativamente às valas e das obras da Tejo Ambiente referiu que irá chamar a atenção para essa questão.

Relativamente à intervenção da vogal Cláudia Cordeiro, referiu que partilha do desânimo e da tristeza com aquilo que aconteceu, ainda por cima num ano em que a Câmara fez investimentos significativos na melhoria da praia e onde tentou tornar aquele espaço bem mais agradável.

--- O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou referindo que, relativamente à concessão do Bar e do Parque de Campismo de Ortiga, à data de hoje, pensa que é unânime que as coisas correram bastante mal. Mais referiu que, há um ano atrás, poderia para alguns haver dúvidas, no entanto, a Câmara tentou, com esta solução, encontrar um futuro que viabilizasse e trouxesse novas ideias e dinamismos àquele espaço, mas tal não aconteceu, de todo. Mais referiu que muitas foram as situações que se passaram e de que fomos tomando conhecimento ao longo do verão e considera que importante será, todos juntos, trabalharmos para encontrar um futuro para aquele espaço que, há dez anos vem referindo como um dos locais com mais potencial turístico do nosso concelho e que mantém hoje. Mais referiu com foi mencionado pelo Sr. Presidente, a Câmara muito tem vindo a fazer naquela envolvente e que aquele local tem um potencial impar que temos de aproveitar e torna-lo naquilo que vinha sendo nos últimos anos. Mais informou que, neste momento, temos em mãos a conclusão

de um processo mal sucedido, o processo está com os técnicos da Câmara, o Gestor de Contrato está a elaborar um relatório, no qual pretende descrever as muitas situações que foram chegando ao município e também, em simultâneo, o processo está entregue ao Gabinete Jurídico. Informou ainda que foi deliberado em reunião de Câmara a cessação da concessão, no entanto, a Câmara tentou que essa cessação decorresse de uma forma tranquila, pois de outra forma, a meio do verão, traria danos ainda maiores para todas as partes envolvidas. Referiu ainda que a referida deliberação foi tomada a meio do verão, houve correspondência trocada com o concessionário e, neste momento, há um processo que está entregue ao nosso jurista e o Gestor de Contrato está a elaborar o referido relatório para que, com base no mesmo, se possa resolver o processo e se possa, num futuro próximo, traçar caminhos que possam conduzir aquele local a um futuro diferente daquilo que, lamentavelmente, foi o verão de 2023. Terminou referindo que as decisões que forem sendo tomadas serão trazidas a este Órgão e agradece a preocupação de todos com esta questão.

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

**1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Em complemento à informação prestada, o Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção deixando uma palavra de agradecimento a todas as entidades, Associações que realizaram eventos durante este verão, que mais uma vez foi um verão intenso no nosso concelho, com muito trabalho das nossas associações, dos seus dirigentes e dos voluntários que contribuíram para dinamizar as nossas aldeias, a vila que, aliás, ficou bem demonstrado no Relatório o apoio que a Câmara deu às diversas atividades realizadas. Deixou também uma palavra às Juntas de Freguesia, aos seus Presidentes pois todos eles também contribuíram para essa atividade. Informou que a Câmara está a ultimar os projetos para lançamento de procedimentos para a reabilitação da vila de Mação, quer a entrada norte de Mação, quer também o centro histórico

da vila, cujo projeto já tinha iniciado com o Programa PAMUS que, entretanto, não foi por diante, mas com essa base de trabalho, a Câmara está a ultimar esses projetos para fazer a requalificação da nossa sede do concelho. Mais informou que também está para breve o lançamento da obra para requalificação do centro histórico de Cardigos. Informou ainda que a Câmara já tem também o ante - projeto que foi contratado e que era da nossa responsabilidade, no âmbito do Acordo celebrado com as Infraestruturas de Portugal, para o alargamento da estrada entre os Envendos e o nó da A23 e vai ser agendada uma reunião com a IP para que eles possam validar a proposta da Câmara, mas lamentavelmente não tem havido respostas da parte da IP apesar das tentativas da Câmara e espera que se cumpram os compromissos assumidos e que não se verifique nenhum retrocesso. Mais informou que a Câmara já lançou o procedimento para o projeto de execução do Núcleo Museológico de Envendos, depois de concluirmos que o edifício que tinha sido adquirido tem de ser demolido por não ter condições estruturais para ser reabilitado. Terminou referindo que a Câmara está em negociações relativamente à proposta do Instituto da Segurança Social para que parte dos Serviços Sociais da Câmara possam ir para aquele local, que também faz algum sentido no âmbito da descentralização de competências, ficando grande parte da Área Social concentrada naquele edifício.

--- A vogal Carla Loureiro referiu que a requalificação da vila de Mação é, efetivamente necessária, mas deixa uma salvaguarda, para quando a mesma for realizada, possam ser substituídas as redes que estejam obsoletas, de forma a evitar que se parta a curto prazo o que vai ser feito de novo.

--- O Sr. Presidente informou que foi realizada uma reunião com todas as entidades que têm essas redes, no sentido de ser articulada toda essa questão, conforme foi já feito também para Cardigos.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Eleição do Presidente de Junta de Freguesia para delegado ao XXVI Congresso da ANMP;**

--- O Sr. Presidente da Mesa informou que já passou o prazo de inscrição para o XXVI Congresso da ANMP, mas considera que se poderá eleger o Presidente de Junta que irá tentar ainda inscrever-se no mesmo. Após esta posição ter aceitação unânime dos membros da Assembleia, foi proposto o Presidente da

Junta de Freguesia de Cardigos, Carlos Leitão para delegado ao XXVI Congresso da ANMP.

Em seguida procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo entrado na urna 21 votos e tendo a votação sido a seguinte:

18 votos SIM e 3 votos brancos, pelo que foi eleito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cardigos para delegado ao XXVI Congresso da ANMP.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) Ordem de Trabalhos: **3) Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia em representação das Freguesias do Concelho de Mação – artigo 3º, nº 1, alínea d), do Regulamento do Conselho Municipal de Educação.**

--- O Sr. Presidente da Mesa questionou se há propostas a apresentar para este ponto da Ordem de Trabalhos.

--- O vogal José António Almeida informou que a bancada do PSD apresenta proposta da Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeiro para representante das Freguesias do Concelho de Mação no Conselho Municipal de Educação.

Em seguida procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo entrado na urna 21 votos e tendo a votação sido a seguinte:

18 votos SIM e 3 votos brancos, pelo que foi eleita a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeiro representante das Freguesias do Concelho de Mação no Conselho Municipal de Educação.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Análise e eventual deliberação relativa a pedido de apoio da Junta de Freguesia de Amêndoa.**

--- O Sr. Presidente da Câmara referiu que a Câmara aprovou e propõe um apoio de 20.000,00€ (vinte mil euros) à Junta de Freguesia de Amêndoa para complementar o apoio da candidatura que fizeram e foi aprovada, ao PDR2020, para melhoramento do espaço do Poço Mourão, para o impulso final àquele local. Mais referiu que a Junta de Freguesia já fez um investimento de mais 10.000,00€ para além do que estava programado e este apoio destina-se

ao complemento daquilo que não é participado, bem como para que possam ser feitas outras melhorias naquele local. Mais referiu que pensa ser unanimemente reconhecido que o Poço Mourão tem sido, ao longo dos anos, uma aposta daquela freguesia e também da Câmara Municipal de Mação, pois tem potencial para ser um destino cada vez mais apazível e turístico, na Freguesia de Amêndoa e no nosso Concelho, pelo que considera justo que se dê este apoio, de forma a criar esta mais valia naquela freguesia.

--- O vogal José Fernando Martins questiona que a Junta de Freguesia solicita um apoio de 10.000,00€, se a Câmara ao propor os 20.000,00€ está a apoiar o solicitado e a apoiar o que não é participado pela candidatura.

--- O Sr. Presidente da Câmara referiu que sim, mas que este apoio visa também apoiar outras melhorias que terão de ser feitas no local, nomeadamente acessibilidades e não só, que não estão no âmbito da candidatura e que a Câmara, com este valor, quer garantir que, de uma vez por todas, o assunto fica resolvido

--- Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade o apoio à Junta de Freguesia de Carvoeiro, no montante de 20.000,00€ (vinte mil euros).

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Discussão e votação de proposta para autorização de pagamento de Despesas de Representação – Cargo Dirigente Intermédio de 2º Grau, em regime de substituição, (Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira).**

--- O Sr. Presidente da Câmara referiu que, nos termos da Lei em vigor, os Chefes de Divisão, Dirigentes Intermédios de 2º Grau, têm direito a Despesas de Representação e a Chefe de Divisão que está em Regime de Substituição, até à data não recebeu essas Despesas de Representação e foi proposto pelos serviços que pudesse receber, por ser de justiça e de estar de acordo com a legislação, com retroatividade a novembro, data da entrada em funções da referida Chefe de Divisão Administrativa e Financeira.

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a autorização de pagamento de

Despesas de Representação (Chefe de Divisão Administrativa e Financeira), conforme proposto.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Discussão e votação sobre a variável do IRS, a liquidar em 2024.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte: “Fixar em 4,0% a participação variável no IRS a liquidar em 2024, com referência aos rendimentos dos Municípios do ano de 2023, à semelhança do ano anterior.”

O Sr. Presidente da Câmara referiu que não é o melhor, mas tendo em conta tudo aquilo que tem sido a prática e pensa que não é um encargo demasiado grande para os nossos municípios e é um valor com algum significado para as finanças da Câmara Municipal de Mação.

--- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade fixar em 4,0% a participação variável no IRS a liquidar em 2024.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Discussão e votação de proposta de aplicação de taxa de 0.30% de IMI para os prédios urbanos para o ano de 2024.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte: “ Fixar em 0,30% a taxa do IMI para os prédios urbanos em 2023, nos termos do artigo 112 nº1 c) do CIMI.”

Mais referiu que faz “mea culpa” pois deveríamos ter falado com o Partido Socialista relativamente a esta matéria para, eventualmente começarmos a penalizar os imóveis devolutos no nosso concelho, começando pela sede de Concelho, mas por nossa manifesta incapacidade não o fizemos, sendo certo

que considera que o processo se deve iniciar, mau grado assistirmos a alguma recuperação do edificado, nomeadamente em algumas freguesias e na vila de Mação

--- Seguidamente o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade fixar em 0,30% a taxa do IMI para os prédios urbanos em 2024.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 8) da Ordem de Trabalhos: **8) Discussão e votação de proposta relativa ao lançamento de Derrama.**

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção informando que a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“- Lançamento de 1,5% sobre o lucro tributável a sujeitos passivos que não têm sede social no Concelho de Mação, nos termos do artigo 18º n.º 1 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.”

Mais referiu que esta é uma medida de apoio àqueles que têm cá a sede social e, por isso, não pagam derrama e aqueles que geram riqueza no nosso concelho e não têm cá a sua sede social, a derrama será de 1,5%, que tem sido uma receita não muito considerável, mas que dá sempre algum jeito às finanças municipais.

--- Seguidamente o ponto 8) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade o lançamento de 1,5% sobre o lucro tributável a sujeitos passivos que não têm sede social no Concelho de Mação.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 9) da Ordem de Trabalhos: **9) Discussão e votação de proposta de redução de taxa de IMI para os agregados familiares atendendo ao número de dependentes.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“Fixar a seguinte redução no IMI, nos termos do artigo 112º- A do CIMI para agregados familiares, atendendo o número de dependentes:

- 1 dependente, dedução fixa de 20€;
- 2 dependentes, dedução fixa de 40€;



- 3 ou mais dependentes, dedução fixa de 70€.”

--- Seguidamente o ponto 9) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 10) da Ordem de Trabalhos: **10) Discussão e votação de proposta relativa à devolução de IMI às Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, conforme tem sido habitual, a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara e que é presente nesta Assembleia para deliberação da mesma é a seguinte:

“Devolver o montante pago de IMI às Associações Culturais, Desportivas e Recreativas do Concelho de Mação;”

Mais referiu que esta medida se destina a reconhecer o extraordinário trabalho das associações do nosso concelho em prol do mesmo e do esforço que fazem para manter vivas estas associações e a sua atividade.

--- Seguidamente o ponto 10) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovada por unanimidade a proposta apresentada.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 11) da Ordem de Trabalhos: **Discussão e votação de proposta para Início do Procedimento – Processo n.º 71/2023 – Aquisição de serviços para a instalação de Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC), de acordo com a candidatura 8.1.3 – Prevenção da Floresta contra Agentes Bióticos e Abióticos territórios Vulneráveis – MPGC – CM Mação – Projeto PDR2020-813-090894;**

--- O Sr. Vereador António Louro iniciou a sua intervenção referindo que esta candidatura foi apresentada pelo Município com a vontade de contribuir para a diminuição do risco de incêndio nas zonas não atingidas pelos incêndios de 2017 e 2019, pois só é elegível para esta candidatura áreas onde existe regeneração natural, onde existem altas cargas combustíveis e isso permite

fazer ações de limpeza e ordenamento desses povoamentos e deixá-los preparados para a maximização da produção florestal. Mais referiu que são locais onde são feitas intervenções de limpeza de combustíveis, limpeza de matos e pretende-se que o povoamento fique o melhor possível preparado para a produção florestal e, na prática é uma benesse para os proprietários, porque ficam com todas as intervenções de gestão realizadas, sem custos. Mais informou que é um projeto de um valor significativo para o qual o Município ainda assim vai ter de contribuir com 5% mais IVA do valor do mesmo. Informou ainda que é uma candidatura que estará concretizada no final de 2024 e que, praticamente, todas as freguesias têm intervenções, sendo a maior parte na Freguesia de Amêndoa, onde se concentra a maior quantidade de trabalhos previstos.

--- O vogal José Fernando Martins referiu que Ortiga não vem nada assinalado no mapa que vem nos documentos, mas aparece na listagem das parcelas.

--- O Sr. Vereador António Louro referiu que devem ser parcelas muito pequenas que, à escala do mapa, não aparecem, mas se estão na listagem, é porque tem. Mais referiu que vai solicitar aos serviços que revejam a situação.

--- O vogal José Fernando Martins solicita informação sobre se estas intervenções serão exclusivamente para pinheiro bravo.

--- O Sr. Vereador António Louro referiu que estas intervenções são especialmente para pinheiro bravo, mas tem algumas áreas onde poderão ser feitas intervenções de eucalipto e, na prática, o que se pretende fazer é a criação, de um modo artificial, de mosaicos de gestão de combustível, sendo zonas onde se pretende criar, na paisagem, um corte na quantidade de combustível e, se houver algumas propriedades de eucalipto, elas também serão intervencionadas, da mesma forma que para o pinheiro bravo, que é deixar as árvores alinhadas, deixar espaços de 4 metros entre cada linha e deixar as árvores a um metro, na linha, ou então algo semelhante, onde o povoamento não permita fazer as linhas exatamente com estas medidas, sempre somente nas áreas não ardidas nos incêndios de 2017 e 2019.

--- Seguidamente o ponto 11) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade o seguinte:

- Aprovar o início do processo N<sup>o</sup>71/2023;

- Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar, num valor total de 1.072.395,28€ (um milhão, setenta e dois mil, trezentos e noventa e cinco euros e vinte e oito cêntimos) com IVA incluído à taxa legal em vigor;
- Autorizar recorrer ao procedimento de Concurso Público efetuado ao abrigo do Código dos Contratos Públicos conjugado com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso;
- Aprovar as peças do procedimento;
- Nomear o Júri proposto para a condução do procedimento – Presidente: Tiago Diogo de Brito; 1.º Vogal: Luís Miguel Marques Jana; 2.º Vogal: Marisa Sofia Lercas Rito; Suplentes: Cláudia Sofia Maciel Andrade Mariquitos e João Miguel Marques Fernandes;
- Nomear o Gestor de Contrato proposto para execução do mesmo – Luís Miguel Marques Jana e gestor de contrato suplente - João Miguel Marques Fernandes;
- Aprovar a delegação de competências no Sr. Presidente da Câmara para a prestação de esclarecimentos e direção do procedimento.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 12) da Ordem de Trabalhos: 12) **Discussão e votação de proposta do Regimento da Assembleia Municipal;**

--- A vogal Cláudia Cordeiro iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente ao documento apresentado, a bancada do Partido Socialista se congratula com esta proposta conjunta, referindo que alguns pontos já estavam previstos, mas não tinham sido implementados, nomeadamente a transmissão em direto e, especialmente o dia e a hora da realização das sessões. Mais referiu que também considera importante a descentralização de forma a levar a Assembleia Municipal a outras localidades e outras Freguesias. Terminou referindo que havia a proposta inicial para a realização das sessões às sextas – feiras a partir das 16 horas, para que se tornasse mais acessível, num horário que não fosse laboral, pois são 5 sessões por ano, não são muito frequentes, mas não foi possível, tendo sido unânime a quarta-feira, uma vez que o mais importante é que haja uma norma para o dia e hora destas sessões da Assembleia Municipal, considerando que o trabalho entre os membros do PS e do PSD foi positivo e que gostou de participar no mesmo.

--- O vogal Duarte Marques iniciou a sua intervenção referindo que o modelo proposto é baseado no que existia, tendo sido corrigidas muitas pequenas gralhas. Considera que foi uma iniciativa de louvar, tendo havido algumas dificuldades de agendamento, mas referindo que algumas coisas, nomeadamente o streaming já estava previsto no documento e mais cedo ou mais tarde a Câmara terá de fazer isto pois é uma questão da transparência e já é prática em muitos concelhos e, transparência quer dizer ser feito à vista de todos, não quer dizer que, pelo facto de não ser transmitido não seja correto e bem feito. Relativamente a ser realizada de manhã ou de tarde, referiu que aquilo que se pretende é que seja menos volátil, ou seja, que seja previsível e que, à partida seja sempre à quarta-feira de manhã e que se faça um esforço neste sentido. Relativamente à descentralização referiu que a proposta inicial do PS era descentralizar muito mais, mas ficou uma vez por ano fora do edifício dos Paços do Concelho e, na verdade já se faz uma na Escola uma vez por ano e a experiência que temos, sempre que se tentou descentralizar, o resultado foi sempre igual, as pessoas não participam na mesma, mas quando se considerar oportuno deve-se fazer noutras freguesias.

--- O Sr. Presidente da Câmara referiu que, apesar da Câmara não ter muito a ver com este ponto, felicitou os dois grupos que compõem a Assembleia Municipal, nos vogais Cláudia Cordeiro e Duarte Marques, pelo trabalho feito, que há muitos anos necessitava ser feito e é um bom sinal terem chagado a este consenso. Mais referiu que, da parte da Câmara, teremos seguramente todas as condições para fazer a transmissão e considera que a mesma deve ser feita. Terminou referindo que, quando assumiu a presidência da Câmara, foram mudadas as reuniões para as quartas-feiras à tarde porque se dizia que, de manhã, nunca vinha ninguém participar nas reuniões de Câmara porque era aborrecido para as pessoas que trabalhavam e foi mudado o período de intervenção do público para o final da reunião, para a tarde, mas as pessoas que vêm continuam a ser muitíssimo poucas e, mudando as sessões da Assembleia para a tarde, também não houve mais participação das pessoas e considera que, baseado na sua experiência destes anos todos, as pessoas quando querem mesmo vir, vêm e o trabalho pode ser uma justificação, mas não é a principal justificação.

--- Seguidamente o ponto 12) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o Regimento da Assembleia Municipal de Mação sido aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 13) da Ordem de Trabalhos: **13) Análise do Relatório do Revisor Oficial de Contas referente ao 1º semestre de 2023 da Câmara Municipal de Mação;**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente ao Relatório do ROC, o mesmo está presente somente para análise e para, à data de 30 de junho, se ter uma noção de como está e “estado da arte” no que diz respeito à execução do Orçamento, ao Património, à situação económico-financeira da Câmara, que considera estar muito razoável, relativamente àquilo que eram as previsões. Mais referiu que há alguns dados, quer em relação à receita, quer em relação à despesa cuja execução não está de acordo com aquilo que eram as expectativas da Câmara, por variadíssimas razões, num ano que vai ser atípico a esse nível porque estamos no final de um Quadro Comunitário de Apoio e no início de outro e os fluxos financeiros não irão acontecer da forma habitual. Mais referiu que a Câmara tomou boa nota de algumas recomendações do Revisor Oficial de Contas, tendo também manifestado a nossa discordância relativamente a algumas coisas que, do nosso ponto de vista foram esclarecidas em sede de contraditório, mas que ele entendeu manter e que iremos tentar corrigir para que, no próximo relatório não aconteçam. Terminou referindo que, de uma forma geral, o executivo sente-se muito tranquilo com aquilo que foi a análise que o ROC fez da situação da Câmara, relativamente ao primeiro semestre de 2023.

--- O vogal José Fernando Martins referiu que, relativamente às questões apontadas pelo ROC, relativamente à documentação que foi disponibilizada pela Câmara, gostou muito de ver, junto ao Relatório do Revisor, a informação da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, que justifica um pouco aquilo que são as questões levantadas pelo Revisor, havendo assim a possibilidade de vermos o “outro lado”, não só o lado do Revisor, mas também o lado dos serviços, pelo que considera ter sido importante juntar esta informação, que lhe parece muito bem elaborada e que dá aos membros da Assembleia outra

informação que é importante para esta Assembleia. Mais referiu que há situações apontadas no Relatório que facilmente serão corrigidas pelos serviços. Mais referiu que, dando um exemplo, relativamente ao que é referido nos apoios às Associações, o Revisor aponta aí ao nível do controlo desses apoios, situação prevista no Regulamento, mas que não é exigida pelo Município em relação aos apoios concedidos e considera que se deve incutir um pouco mais de rigor às Associações, que criam dinâmica no Concelho, mas são fortemente apoiadas pela Câmara, também têm o dever de cumprir o regulamentado, mas também se lhes deve exigir essa apresentação e esta é uma situação que pode desaparecer deste Relatório se for exigido um pouco mais de rigor. Termina deixando este alerta à Câmara, pois a regulamentação existe e é só necessário um pouco mais de rigor em cumprir o que está regulamentado.

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que está de acordo como que foi dito pelo vogal José Fernando Martins e que, no limite, a responsabilidade desta recomendação do Revisor é sua, pois é Presidente da Câmara e tem o pelouro do associativismo e, por isso, seria quem deveria impor este rigor e, até final do ano as coisas vão ao sítio. Considera que é bom que todos tenhamos de ter esta consciência do rigor que temos de ter relativamente às Associações, porque existem dois planos e o Revisor não vai lá e deu 3 maus exemplos, pois uma coisa é o apoio regular às Associações, com base no Relatório de Atividades das mesmas, outra coisa, com valor muito significativo, são os apoios às obras e outra questão são os apoios excepcionais de quatro ou cinco associações que, pela sua atividade, não podem ser encaradas como as associações recreativas das povoações que fazem algumas atividades localmente, nomeadamente a ADM, Mação Futebol Clube, Liga Regional de Melhoramentos de Ortiga, Sociedade Filarmónica União Maçaense, Grupo Cultural “Os Maçaenses”. Referiu ainda que temos estes três patamares e, quando as associações do Concelho se candidatam, até 30 de abril, à atividade regular, apresentam o Relatório de Atividades do ano anterior, onde a Câmara valida que aquilo que deu bate certo. Mais referiu que, onde a argumentação do ROC bate certo e a Câmara tem de melhorar, é no apoio concedido às infraestruturas e aos apoios monetários dados às associações, considera que o nosso Regulamento está bem feito, prevê o contrato-

programa, que a Câmara efetivamente não está a cumprir e tem de começar a cumprir, para que depois as coisas batam certo. Informou que, do mandato anterior, mandou fazer um levantamento de todos os apoios que a Câmara deu às associações, com registo fotográfico, para que, no caso de termos uma inspeção, se poder salvar relativamente àquilo que foi feito e já pediu o mesmo levantamento relativamente ao mandato atual, que está a ser feito. Mais referiu que o que vai começar a ser feito é o cumprimento do Regulamento e temos todos de ter maior rigor para com as associações e outra coisa que tem de começar a acontecer é ter também rigor nos orçamentos para salvaguarda de todos nós.

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

**MARGARIDA ROLDÃO**

Esteve presente nesta sessão a munícipe Margarida Roldão, que referiu que a sua propriedade é atravessada pela EM 359, que vai de Maxial para a Barragem da Pracana foi alcatroada há cerca de 2 ou 3 anos e, na mesma havia uma saída de água que desapareceu e o terreno está a desabar, nomeadamente a estrada e solicita informação sobre de quem é a responsabilidade da mesma.

O Sr. Presidente da Câmara informou que a responsabilidade daquela estrada é da Câmara, não tinha conhecimento do relatado pela munícipe e vai mandar os serviços verificarem o que se passa no local referido.

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.

